

Economia

8 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 15 de janeiro de 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@abr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Bolsas
Na quarta-feira
0,96%
São Paulo

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
163.370 12/1 **165.146** 14/1

Dólar
Na quarta-feira
R\$ 5,376 (+0,46%)

Últimos
8/janeiro 5,389
9/janeiro 5,365
12/janeiro 5,372
13/janeiro 5,376

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R\$ 6,285

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,88%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Agosto/2025 -0,11
Setembro/2025 0,48
Outubro/2025 0,09
Novembro/2025 0,18
Dezembro/2025 0,33

ORÇAMENTO

Emendas: voto de R\$ 393 milhões

Peça orçamentária é sancionada com remanejamento de R\$ 7,7 bilhões para programas sociais e bloqueio de R\$ 3,3 bilhões

» FERNANDA STRICKLAND
» VÍCTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na noite de ontem, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, com um Orçamento da União de R\$ 6,54 trilhões para o ano. Como foi sinalizado por integrantes do Executivo, Lula vetou R\$ 393 milhões em emendas parlamentares, argumentando que os valores incluídos pelo Congresso Nacional ferem acordo realizado pelos Três Poderes com a Lei Complementar 210/2024, que limita o crescimento das emendas. Contudo, o montante é irrisório se comparado com o volume recorde de emendas previstas na peça orçamentária, de R\$ 61 bilhões.

De acordo com a Casa Civil, o Palácio do Planalto ainda vai remanejar R\$ 7,7 bilhões dessas emendas para programas sociais, e bloquear outros R\$ 3,3 bilhões. Com esses R\$ 11 bilhões de alterações, essa rubrica passará para cerca de R\$ 50 bilhões, valor valor próximo ao pagos em emendas pelo governo federal no ano passado.

Os valores foram alocados pelo Executivo no primeiro desenho da LOA, mas foram alterados por parlamentares para inflar as emendas, que não param de crescer e atrapalham a execução orçamentária do Executivo desde a gestão anterior.

A decisão do voto ocorre em meio ao embate entre governo e Congresso pelo controle do Orçamento em ano eleitoral, quando os parlamentares estão de olho nas emendas para turbinar campanhas em suas bases eleitorais.

O governo não alterou outros pontos do projeto, que, além de destinar R\$ 61 bilhões para as emendas parlamentares, estabelece meta fiscal de superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$

34,3 bilhões nas contas públicas, o equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O texto ainda fixa um piso mínimo de R\$ 83 bilhões para investimentos públicos.

O Executivo destacou, em comunicado oficial, o montante destinado à Educação, de R\$ 233,7 bilhões (aumento de R\$ 27,6 bilhões), e à Saúde, com R\$ 271,3 bilhões (R\$ 17,2 bilhões a mais). Já o salário mínimo subiu de R\$ 1.518 para 1.621, aumento de 6,79%, acima da inflação.

Rearranjo

A votação do texto ocorreu de forma simbólica no Legislativo no fim de dezembro passado, e incorporou, ao longo da tramitação, ajustes em diversas áreas. Entre eles, estavam cortes em despesas previdenciárias e em programas sociais, como o Pé-de-Meia e o Auxílio Gás, medida que gerou debates entre parlamentares e integrantes do governo. Esse foi o principal ponto que desagradou Lula. O rearranjo dos recursos visa evitar prejuízos para os programas sociais.

Na semana passada, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, disse que o governo pretendia reduzir em R\$ 11 bilhões o volume de emendas aprovado pelo Congresso. Segundo ele, a equipe econômica ainda avaliava se o ajuste seria feito por meio de voto presidencial, bloqueio de recursos ou remanejamento de verbas. Costa destacou que há limites para o crescimento das emendas, definidos a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Orçamento segue alinhado às regras do novo arcabouço fiscal, aprovado em 2023. Pelo modelo, há uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB em relação à meta central, o que significa que o resultado poderá ser formalmente cumprido pelo piso da

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Presidente Lula sanciona o Orçamento com veto tímido na previsão de emendas parlamentares, de R\$ 61 bilhões

meta, que permite resultado primário de deficit zero.

Distribuição

Do total de R\$ 61 bilhões reservados para emendas parlamentares no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), cerca de R\$ 49,9 bilhões ficam sob controle direto de deputados e senadores. Esse montante engloba emendas individuais, de bancada estadual e de comissão. A maior fatia corresponde às emendas impositivas, que têm execução obrigatória pelo governo federal e somam aproximadamente R\$ 37,8 bilhões. Desse valor, R\$ 26,6 bilhões são destinados às

emendas individuais de parlamentares, enquanto R\$ 11,2 bilhões cabem às emendas de bancada.

Além disso, o texto reservava R\$ 12,1 bilhões para emendas de comissão, que não são de execução obrigatória e dependem de liberação do Palácio do Planalto. O projeto também prevê R\$ 11,1 bilhões em parcelas adicionais, voltadas a despesas discricionárias e a projetos selecionados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ainda assim, a avaliação interna é de que os parlamentares continuarão com espaço significativo para direcionar recursos a suas bases eleitorais. Integrantes do

governo argumentam que, mesmo insatisfeitos, deputados e senadores terão condições de executar as emendas entre fevereiro e junho, período considerado crucial em ano eleitoral e que corresponde ao prazo máximo para o pagamento desse tipo de despesa. Na visão do Planalto, esse fator tende a reduzir a resistência prática às restrições impostas.

Alguns auxiliares presidenciais tentam reforçar a importância da responsabilidade fiscal, mas, devido ao forte aumento de gastos do governo, o desequilíbrio das contas públicas segue preocupante e a meta fiscal só vem sendo cumprida devido aos abatimentos da

despesas, como precatórios da regra. A estratégia do governo, neste ano, busca reforçar a imagem de Lula como um presidente atento ao equilíbrio fiscal, evitando a pecha de "gastador" em um ano decisivo do ponto de vista político.

Esse timido movimento de corte de gastos no Orçamento, embora tímido, ocorre em um momento sensível da articulação política. Lula tenta recompor a relação com as cúpulas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em um processo de reaproximação com os presidentes das Casas, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP), iniciado em dezembro e com foco no calendário eleitoral de 2026.

Limites

Quando antecipou o corte de emendas, na semana passada, Costa afirmou que o governo estudava diferentes caminhos para barrar os recursos excedentes, seja por meio de voto, bloqueio ou remanejamento. Segundo o ministro, parte do valor aprovado pelo Legislativo ultrapassa os limites legais. "Não será executado além do combinado, o que é legalmente possível. Algo em torno de R\$ 11 bilhões está acima do previsto legalmente e do pactuado", disse Costa a jornalistas na ocasião.

O ministro lembrou ainda que Executivo e Legislativo firmaram, em 2024, um acordo para submeter o crescimento das emendas às regras do arcabouço fiscal. Pelo entendimento, os valores só poderiam ser corrigidos pela inflação e ter um aumento real máximo de 2,5%. "Há uma regra definida, inclusive por julgamento pleno do STF, que estabelece o volume de emendas e a forma como elas podem crescer. Tudo aquilo que está fora do pactuado não será executado", disse.

IBGE

Indústria anda de lado

» PEDRO JOSÉ*

A produção industrial brasileira apresentou um quadro de estabilidade em novembro, ao não registrar variação frente a outubro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar do resultado geral estagnado, o desempenho foi heterogêneo entre os estados, com crescimento em oito dos 15 locais pesquisados pelo IBGE; os demais registraram retração.

Os maiores avanços mensais foram observados em Mato Grosso (7,2%) e no Espírito Santo (4,4%). Também apresentaram resultados positivos Paraná (1,1%), Pernambuco (0,9%), Minas Gerais (0,9%), Bahia (0,9%), Rio Grande do Sul (0,6%) e a Região Nordeste (0,1%). No caso mato-grossense, o crescimento marcou o quarto resultado positivo consecutivo, com avanço acumulado de 16,9% no período.

"O setor de produtos químicos se destaca como influência positiva no desempenho de

crescimento da indústria mato-grossense nesse mês, o que lhe rendeu a taxa positiva mais intensa desde março de 2023, quando cresceu 8,2%", destacou o analista da pesquisa, Bernardo Almeida.

No Espírito Santo, a alta de novembro compensou a queda registrada em outubro de 2025. "A indústria capixaba foi impulsionada pelos setores de metalurgia e de indústrias extractivas nesse mês, garantindo o primeiro lugar em termos de influência positiva entre os demais resultados."

Na outra ponta, Goiás apresentou a maior queda mensal, de 6,4%, interrompendo uma sequência de quatro meses de crescimento, período em que havia acumulado ganho de 11,3%.

"Setores como o de derivados do petróleo e biocombustíveis e o de alimentos contribuíram para esse comportamento da indústria goiana. Esse resultado é o mais negativamente intenso para a indústria de Goiás desde novembro de 2019, quando atingiu queda de 8,6%", analisou Almeida.

Também tiveram resultados negativos Amazonas (-2,8%), Ceará (-2,6%), Rio de Janeiro (-1,9%), Santa Catarina (-0,8%) e Pará (-0,5%). São Paulo, por sua vez, que concentra cerca de 33% da produção industrial do país, recuou 0,6% em novembro, influenciado, principalmente, pelas indústrias extractivas e pelo setor de derivados do petróleo e biocombustíveis.

De acordo com Bernardo Almeida, esta foi a terceira taxa negativa consecutiva da indústria paulista, que acumula perdas de 2,9% no período. Com isso, a indústria paulista está 2,8% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, e 23,8% inferior ao pico histórico alcançado em março de 2011.

Para Rafael Prado, consultor de macroeconomia da GO Associados, o recuo em São Paulo tem impacto direto sobre o conjunto da economia. "O desempenho mais fraco da indústria desse estado passa por um ciclo de maior dificuldade, variações fortes em estados de importância relativa menor contribuem menos para o resultado nacional."

Volkswagen/Divulgação



Produção apresentou crescimento em oito dos 15 locais pesquisados

em estados com menor participação tenham efeito limitado sobre o resultado agregado. "Existe uma concentração excessiva da produção industrial em São Paulo. Quando a indústria desse estado passa por um ciclo de maior dificuldade, variações fortes em estados de importância relativa menor contribuem menos para o resultado nacional."

Em comparação com novembro de 2024, o cenário também foi de retração. A produção industrial nacional recuou 1,2% em novembro de 2025, com nove dos 18 locais pesquisados registrando resultados negativos.

(Colaborou Fernanda Strickland)

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

INFRAESTRUTURA

21 leilões de aeroportos

O ministério de Portos e Aeroportos (MPor) realizou 21 leilões de empreendimentos dos setores portuário e de aviação em 2025, com investimentos de R\$ 11 bilhões, segundo o balanço anual e a agenda para 2026 divulgados ontem pela pasta. Na aviação, o país registrou a movimentação de 129,6 milhões de passageiros em 2025, um aumento de 30 milhões em relação a 2023.

Para 2026, estão previstos 21 leilões de aeroportos, incluindo o do Galeão, que aguardam R\$ 1,1 bilhão em investimentos, além da requalificação de 31 aeroportos regionais considerados estratégicos.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que anunciou a saída do governo em abril para disputar as eleições, "o ano de 2025 foi o melhor dos três anos do governo", consolidando um programa de retomada do setor de infraestrutura. "Iniciamos 2026 com um projeto forte em curso, que inclui cinco leilões agendados para o 1º trimestre", disse. (PJ)